

IDENTIFICAÇÃO DAS EXTERNALIDADES AMBIENTAIS: UM ESTUDO EM UMA EMPRESA DO SETOR FRIGORIFICO DE TANGARÁ DA SERRA/MT

Andréia Rezende da Costa¹
Luciênio Rosa e Silva Júnior²

RESUMO

Este artigo discute as externalidades ambientais em uma indústria frigorífica na cidade de Tangará da Serra-MT, com o objetivo de identificar nos relatórios contábeis desta empresa se existem informações relacionadas as externalidades ambientais. A pesquisa segue uma abordagem qualitativa, utilizando como metodologia a revisão bibliográfica, documental e estudo de caso. Os instrumentos de coleta de dados foram: entrevistas através de questionário, roteiros estruturados, observação direta. Para o tratamento e análise dos dados utilizaram-se o método de análise dos documentos. Os resultados demonstraram que as informações a respeito do meio ambiente ficam restritas aos projetos e programas ambientais, não havendo detalhamento de dados quantitativos (o quanto se investe nesses projetos e programas) e qualitativos (qual a melhoria obtida após a implantação dos programas e projetos). Verificou-se que ações começam a ser desenvolvidas para um melhor detalhamento das informações ambientais nos relatórios contábeis. Porém lacunas foram encontradas na configuração do relatório ambiental, como a inexistência do Balanço Social e Ambiental, e ausência de informações a respeito do passivo ambiental e a discriminação das externalidades ambientais.

Palavras-chave: Contabilidade ambiental; Balanço social; externalidades ambientais.

1 INTRODUÇÃO

Durante muito tempo as empresas davam ênfase nos custos e nas vendas como fator imprescindível para os negócios. Preocupavam-se com a redução de custos minimizando a importância da correta manipulação dos resíduos, sendo estes muitas vezes expelidos para o meio ambiente sem a oportunidade de renovação ou trato adequado. Contudo, a grande demanda por recursos naturais exige que as empresas que pretendem prosperar estejam atentas a todo tipo de problema ambiental que pode surgir. Já que parte das agressões ao meio ambiente decorre das atividades de produção e consumo, processo que vem ganhando intensidade com a expansão da industrialização e urbanização do modo de vida (BRAGA; PAULANI, 2007), resultando nas chamadas externalidades ambientais.

Externalidade ambiental é um tipo de falha de mercado que normalmente ocorre devido a inexistência de direito de propriedade sobre os recursos naturais (MARQUES, 2010). É o impacto das ações de uma pessoa sobre o bem estar de outras que não tomam parte da ação (MANKIOW, 2007). As externalidades podem ter efeito positivo ou negativo, isto é,

¹ Professora do Departamento de Ciências da UNEMAT – Campus de Tangará da Serra, rezende.andreia@hotmail.com

² Mestre em Ciências Ambientais (UNEMAT), Professor do Departamento de Ciências da UNEMAT – Campus de Tangará da Serra, lucieniojunior@unemat.br

podem representar um custo para a sociedade, ou podem gerar benefícios a mesma (MOURA,2003). A externalidade ocorre quando a produção de uma estrutura produtiva ou o consumo de um individuo ou empresa afeta a outros de forma positiva ou negativa (WINTER, 2011).

A atividade da pecuária no Estado de Mato Grosso é imponente, pois o Estado é líder no abate de bovino representado 14,0% do total nacional (IBGE, 2011). No Município de Tangará da Serra essa atividade não é menos importante, pois a cidade conta com a presença de frigoríficos, que são cada vez mais expressivos quanto aos multiplicadores de renda e emprego em todo o setor da economia. Estes multiplicadores estão relacionados ao setor de combustível, peças, transporte, produção de insumos e a expansão da modernização nos setores de comercialização e transformação. No entanto cabe ressaltar que não basta apenas às empresas serem economicamente viáveis para uma cidade, pois elas precisam estarem em consonância com os princípios ambientais. A preocupação com os descartes de resíduos principalmente na produção de bovinos, pode gerar problemas ambientais que se tornam complexos e demandam um planejamento de medidas concretas de proteção ambiental (WINTER, 2011).

O reduzido número de informações relativas ao meio ambiente nos relatórios administrativos, podem gerar dúvidas por parte dos investidores, acionistas, fornecedores, credores e sociedade em geral, já que as práticas ambientais podem, eventualmente ter consequências financeiras para as entidade. As práticas de medidas preventivas e corretivas podem, além de evitar multas e problemas judiciais, amenizar perdas irrecuperáveis de imagem e patrimônio, assim como evitar crises de credibilidade subsidiar a administração no gerenciamento dos problemas ambientais (PAIVA, 2003). Diante do exposto, o objetivo deste estudo é identificar nos relatórios contábeis de uma empresa do setor frigorífico, se existem informações relacionadas às externalidades ambientais.

Os objetivos específicos, 1) verificar se existe projeto em andamento para mitigar as externalidades negativas na empresa frigorífica de Tangará da Serra/MT; 2) verificar se a empresa utiliza o Balanço Social como instrumento de Responsabilidade Socioambiental.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Conceito de Externalidades

A partir do momento que as instituições começam a desenvolver trabalhos e programas ambientais visando a melhor qualidade de vida dos colaboradores e sociedade em geral, expõem as chamadas externalidades ambientais que é o resultado de suas ações, impactando positiva ou negativamente no cotidiano da comunidade. Do ponto de vista econômico pode-se englobar todas as pressões ao meio ambiente no conceito de externalidade negativa, ou seja, custos decorrentes da atividade econômica que não são valorados pelo mercado (BRAGA; PAULANI, 2007). Há uma externalidade negativa quando a atividade de um agente econômico afeta negativamente o bem-estar ou o lucro de outro agente e não há nenhum mecanismo de mercado que faça com que este último seja compensado por isso Oliveira (1998 apud, BRAGA; PAULANI, 2007, p. 87).

As externalidades são os efeitos paralelos da produção de bens ou serviços sobre outras pessoas que não estão diretamente envolvidas com a atividade, normalmente, esses efeitos não são avaliados em termos de preço. Em outras palavras, as externalidades referem-se ao impacto de uma decisão sobre aqueles que não participaram dessa decisão (MOURA, 2003, p.11), sendo assim as externalidades podem ter efeitos positivos ou negativos representado, um custo para a sociedade ou trazendo benefícios à mesma. Dentre várias atividades que agredem o meio ambiente através das práticas de produção e consumo a pecuária tem se destacado como atividade que mais agride o meio ambiente. “juntamente com outras atividades agrícolas e madeireiras, a pecuária é apontada como um dos principais vetores de expansão da fronteira agrícola, ameaçando bioma como Cerrado e Amazônia” (ZEN et al, 2011,p. 03).

E no caso da carne e seus derivados é notório que mesmo quando o produto só fica no processo in natura já contribui para agredir o meio ambiente, pois no caso de um frigorífico que compra sua matéria prima (gado) de vários produtores é necessário conhecer a qualidade desse produto e a origem, pois dependendo da forma como é criado o gado, essa pode estar agredindo o meio ambiente, sendo criado em locais legalmente impróprio, como por exemplo terras de preservação, áreas indígenas ou devastando as florestas para o cultivo das pastagens, contribuindo dessa forma com a degradação do meio ambiente (SANTOS,2011).

Ao começar o abate já surgem as dificuldades com o local onde ficará alocado os dejetos dos animais e o que fazer com esses, pois nesse caso onde abate centenas de cabeças de bovinos por dia o volume de resíduos impróprio para consumo é enorme e precisam ser

tratados para voltar ao meio ambiente sem agredi-lo, pois Paiva (2003) enfatiza que o processo de evolução empresarial deve ser acompanhado pela evolução do relacionamento com a natureza. As políticas e os planos devem ser explicitados e colocados em prática, de modo que acontecimentos desagradáveis sejam evitados, principalmente os decorrentes de omissão.

Se uma atividade gera benefícios a sociedade essa pode ser classificado como; externalidades positivas, um exemplo “seria a valorização de imóveis em regiões ribeirinhas quando é realizado o tratamento do esgoto das cidades localizadas rio acima, pois melhora a qualidade da água que passa pela propriedade”(MOURA, 2003, p.12). Quando malefícios como externalidades negativas, um exemplo “se uma fábrica joga resíduos diretamente nos rios, ou emite fumaça para a atmosfera, prejudicando outras pessoas ou empresas, que dependem de água e ar puro, assim ela está provocando externalidades negativas, para pessoas e indústrias que utilizam esta água para sua subsistência ou atividade econômica” (WINTER, 2011, p.04). Dessa forma se o custo social da ação excede o custo privado, ocorre uma externalidade negativa. E quando os benefícios sociais são maiores que os benefícios privados, ocorre a chamada externalidade positiva (MARQUES,2010).

A seguir segue quadro com alguns exemplos de externalidades positivas e negativas:

Externalidades positivas	Externalidades negativas
a) Ação na educação b) Um processo científico, descoberta de remédios, tais como vacina c) Área de preservação bem cuidada traz boa qualidade no ar	a) Poluição do ar, causado por determinados tipos de indústria b) Poluição das águas, decorrentes de resíduos industriais c) Redução das florestas nativas

Quadro 1. Exemplos de externalidades positivas e negativas.

Fonte: Adaptado de Marques (2010)

Exemplos mais comuns de externalidades negativas são relacionados justamente aos efeitos gerados ao meio ambiente pelo processo produtivo, como uma indústria que expelle fumaça no ar, ou outras que jogam seus resíduos nos rios, sem antes tratá-los. Dessa forma as atividades de produção e consumo costumam gerar agressões sobre o meio ambiente, seja pela utilização de recursos naturais exauríveis, seja pela geração de poluição. Tais pressões são conhecidas como **externalidades negativas** (BRAGA; PAULANI, 2007).

Em decorrência de externalidades negativas é que nas últimas décadas, a humanidade tem sofrido com níveis alarmantes de degradação ao meio ambiente, e exaustão de boa parte dos recursos naturais que são vitais para a qualidade de vida, e o bem estar de todos. O

aquecimento global devido a emissão de CO₂ na atmosfera, a contaminação das águas que é consumida pela população em determinadas atividades como a pesca, agricultura, pecuária e a devastação das florestas, a poluição do ar nas grandes e pequenas cidades e a destruição da camada de ozônio são alguns exemplos da realidade que a sociedade moderna esta enfrentando (BRAGA ; PAULANI, 2007).

Dessa forma é salutar conciliar sistema econômico e ecológico, porque ambos necessariamente interagem. Assim não se pode fazer uma escolha entre desenvolvimento econômico ou meio ambiente saudável, porque ambos devem andar juntos, já que são vitais para a sobrevivência humana (RIBEIRO, 2005). Ressalta-se que é indispensável contemplar três pilares para analisar a sustentabilidade: o ambiental, o social e o econômico, e através destes pilares entende-se que o desenvolvimento sustentável é aquele que visa garantir a qualidade de vida para as gerações atuais e futuras, com uso racional do meio ambiente, crescimento econômico e equidade social (SANTOS 2009).

2.2 Custos Ambientais

Custos ambientais compreendem todos os gastos relacionados direta ou indiretamente com a proteção do meio ambiente e que são ativados em função de sua vida útil (RIBEIRO, 2006) Ribeiro (2006) classifica como custos ambientais todas as formas de amortização dos valores relativos aos ativos de natureza ambiental que pertencem a companhia; aquisição de insumos para controle, redução ou eliminação de poluentes; tratamento de resíduos de produtos; disposição dos resíduos poluentes; tratamento de recuperação e restauração de áreas contaminadas; mão-de-obra utilizada nas atividades de controle, preservação e recuperação do meio ambiente.

Na classificação de (MOURA, 2003) os custos ambientais são enquadrados de maneira específica à realidade das empresas brasileiras, e que os custos da qualidade ambiental são mais difundidos no Brasil, segundo o autor estes custos estão categorizados abaixo:

Custos Ambientais de controle:

- Custos de prevenção;
- Custos de avaliação.

Custos ambientais da falta de controle:

- Custos de falhas internas;

- Custos de falhas externas;
- Custos intangíveis.

- **Custos de prevenção:** são os custos das atividades que visam evitar problemas ambientais no processo industrial, no projeto, no desenvolvimento, no início do ciclo de vida do produto, bem como em todas as fases do ciclo do produto.

- **Custos de avaliação:** são os custos dispendidos para manter os níveis de qualidade ambiental da empresa, por meio de trabalhos de laboratórios e avaliação formais do sistema de gestão ambiental ou sistema gerencial que se ocupe de garantir um bom desempenho ambiental da empresa, englobando os custos de inspeções, testes, auditorias da qualidade ambiental e despesas similares.

- **Custos de falhas internas:** são os primeiros a ocorrer em decorrência da falta de controle, resultando de ações internas na empresa, tais como correções de problemas ambientais e recuperação de áreas internas degradadas, desperdícios de material, como resultado de problemas ambientais causados e retrabalhos em processos causados por não conformidades ambientais.

- **Custos de falhas externas:** compreendem os custos da qualidade ambiental insatisfatória e não conformidades fora dos limites da empresa, resultante de uma gestão ambiental inadequada, englobando os custos decorrentes de queixas ambientais de consumidores, levando à existência de despesas com correção e recuperação de áreas externas degradadas ou contaminadas pela atividade da empresa, pagamento de multas aplicadas por órgãos ambientais de controle, indenização decorrentes de ações legais resultantes de disposição inadequada de resíduos, acidentes no transporte de produtos tóxicos, inflamáveis e corrosivos dentre outros.

- **Custos intangíveis:** são aqueles com alto grau de dificuldade para serem quantificados, embora se perceba claramente a sua existência. Normalmente, não podem ser diretamente associados a um produto ou processo. Por exemplo, perda de valor da empresa (ou das ações) como resultado de desempenho ambiental insatisfatório; baixa produtividade dos empregados como resultado de um ambiente poluído, contaminado ou inseguro; e dificuldade e aumento de tempo e custos na obtenção do licenciamento ambiental como resultado de multas e problemas anteriores (MOURA, 2003).

Identificar os custos com bom nível de detalhes pode gerar ações programadas e um acompanhamento contábil efetivo dos mesmos, de modo a identificar os benefícios, compensações e reduções de custos em médio e longo prazo, por outro lado, evitar eventuais dispêndios sem o retorno esperado pela empresa. Dessa forma, é importante que a empresa conheça bem seus custos ambientais, para que possa redirecionar suas estratégias de negócios e investimentos (CALLADO, 2011). Percebe-se que o custo decorrido do monitoramento e recuperação ou preservação ambiental o qual acarretará benefícios à sociedade, pode ser reconhecido como externalidade positiva (RIBEIRO, 2006; MARQUES, 2010).

Quando os custos originam-se de multas por infrações ambientais e danos a propriedade de terceiros bem como custos médicos para exames e tratamento das pessoas atingidas pelas contaminações, estes podem ser classificados como externalidades negativas (RIBEIROS, 2006; CALLADO, 2011). Dessa forma percebe-se que na ocorrência de um custo ambiental as externalidades ambientais estarão concomitantemente relacionadas.

3 Balanço Social e ambiental

O Balanço Social foi instituído na França, em 1977, com a visão restrita a recursos humanos. Com o tempo, ganhou uma abordagem mais ampla, contemplando, além dos dados relativos a esses recursos, a questão ambiental, a cidadania e o valor agregado à economia do país, incumbindo à empresa a função social, a qual se materializa por meio da promoção de seus trabalhadores e da sociedade local (RIBEIRO, 2006).

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Contadores (Ibracon), criou em 1996, a Norma de Procedimentos de Auditoria conhecida por NPA 11- Balanço e Ecologia. Esse documento recomenda que as demonstrações contábeis e os relatórios da administração apresentem as diretrizes ecológicas adotadas pelas empresas. Nele há um roteiro a ser observado pelos contadores nos casos de implicações com o meio ambiente. Os componentes definidos na NPA 11 para a elaboração do Balanço e Ecologia são dois:

- a) Ativos ambientais inclui o imobilizado, referente aos equipamentos adquiridos visando a eliminação ou redução dos agentes poluidores, com vida útil de um ano; os gastos com pesquisa e desenvolvimento de tecnologias limpas a médio e longo prazo; os estoques relacionados com o processo de eliminação dos níveis de poluição; os empregos ou destinação dadas às áreas verde;

b) Passivo ambiental inclui toda agressão contra o meio ambiente. Na contabilidade da empresa, os passivos ambientais podem ser evidenciados através de valor dos investimentos para reabilitá-lo, das multas e indenizações, dos gastos com projeto e licenças ambientais e das restrições a empréstimos.

Em Agosto de 2004, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou a NBCT 15, que estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade. Tais informações devem abranger a geração e a distribuição de riqueza, os recursos humanos, a interação com o meio ambiente.

A NBCT 15 faz menção aos ativos e passivos ambientais bem como aos investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente; educação ambiental para os empregados, terceirizados, autônomos, administradores da entidade e comunidade; outros projetos ambientais. As empresas deverão evidenciar os gastos para preservação e/ ou recuperação de ambientes degradados. Devem ainda apresentar informações sobre a quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade. No entanto, por não ser exigida legalmente no Brasil a contabilidade ambiental é feita, provavelmente por poucas empresas (FREITAS, 2002).

O Balanço Social busca demonstrar o grau de responsabilidade social assumido pela empresa, dessa forma, prestar contas à sociedade pelo uso do patrimônio público, constituído dos recursos naturais, humanos e o direito de conviver e usufruir dos benefícios da sociedade em que atua (IUDÍCIBUS et al, 2000). Sendo assim o uso desse instrumento pode ser de grande relevância à toda a comunidade à qual a organização faz parte.

Balanço Social é um instrumento de gestão de informação que visa evidenciar, da forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais, evidenciando o desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários, inclusive os funcionários, é também capaz de identificar situações nas quais é necessário ter em conta a série de efeitos que sintetizam a expressão responsabilidade social da entidade (TINOCO, 2001; KROETZ, 2000).

A Constituição de 1988 deu um passo importante no quesito meio ambiente e sua preservação, pois, em seu Art.225 diz que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de

vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Partindo o texto da Carta Magna, esse pode ser considerado um incentivo e alerta para que as empresas públicas e privadas reduzam o impacto ambiental, uma vez que esse é constitucional.

Observa-se que os conceitos acima apresentados estão formulados dentro uma visão contemporânea de Balanço Social, uma vez que trazem de forma direta ou indiretamente, a idéia de responsabilidade social, de forma à abranger termos econômicos e sociais, incluindo a sensibilidade com o meio ambiente e sua importância a todos.

2.3.1 Objetivo do Balanço Social e Ambiental

O Balanço Social tem como objetivo demonstrar o resultado da interação da empresa com o meio em que esta inserida e, conseqüentemente os aspectos sociais, ambientais e a contribuição que isso gera para o meio econômico e social. Enfatizado o grau contributivo para a cidadania e desde que bem estruturado, pode evidenciar os princípios e valores da Organização Empresarial e caracterizar através dos dados quantitativos o cumprimento de sua Responsabilidade diante da comunidade, seja ela interna , com seus funcionários, ou externa, com acionistas (PAZ; LIMA, 2011).

Em nível interno, as informações devem refletir as iniciativas que mais contribuem para a qualidade de vida da organização e para a promoção humana de seus empregados, tais como: educação profissional e formal, saúde, segurança no trabalho, alimentação e esporte. Sendo possível extrair uma vasta gama de indicadores de ordem econômica e social, tanto de ordem quantitativa como de ordem qualitativa, do Balanço Social (KROETZ, 2000; TINOCO, 2006).

Para grande maioria dos empresários brasileiros e sociedade civil, o conceito de Balanço Social ainda é novo, mas em países norte americanos ou europeu, esse instrumento já é conhecido e cobrado por lei. A respeito desse assunto, Freire et al.(2001) dizem que na França, desde de 1977, o Balanço Social em empresas com mais de 750 empregados, é legalmente obrigatório, comprovando assim a importância dada pelas sociedades desenvolvidas à gestão empresarial comprometida com o socioambiental.

Em relação aos objetivos do balanço social, Tinoco (2006) diz que esse é uma necessidade de gestão e resposta a uma demanda de informações e tem um duplo objetivo:

1. No plano legal, fornece um quadro de indicadores a um grupo social, que após ter sido apenas um simples fator de produção, encontra-se promovido como parceiro dos dirigentes da empresa.
2. No plano de funcionamento da empresa, serve de instrumento de pilotagem no mesmo título que os relatórios financeiros. Os trabalhadores encontram-se assim associados à elaboração e à execução de uma política que os liga ao principal dirigente.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa é de natureza exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa, utilizou como instrumento de coleta entrevistas, roteiros estruturados, observação direta e documentos contábeis da empresa. O estudo foi realizado em uma empresa do setor frigorífico de Tangará da Serra a 240 km da capital Cuiabá- MT. O questionário contendo vinte perguntas (fechadas) foi aplicado ao responsável da contabilidade na unidade de Tangará da Serra, que respondeu em parceria com a área ambiental.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Breve Histórico do Frigorífico Estudado

A empresa foi fundada em 1986 no Estado de São Paulo, se estabelecendo como um importador e distribuidor de cortes bovinos, suínos, aves e pescado, além de vegetais congelados importados. Hoje, a base operacional diversificada e flexível inclui 151 unidades produtivas, comerciais e de distribuição e em 22 países e nos 5 continentes. Considerada uma das companhias mais internalizadas e uma das mais diversificadas do setor brasileiro de alimentos baseada em proteína animal, o grupo realizou 40 aquisições nos últimos três anos, maior parte delas no exterior. Seus produtos são exportados para mais de 100 localidades globais.

O grupo conta hoje com aproximadamente 90 mil funcionários e possui a seguinte estrutura: 33 unidades industriais de bovinos (24 no Brasil, 5 na Argentina e 4 no Uruguai) 21 unidades industriais de frango(14 no Brasil, 4 na Europa e 3 nos EUA), 48 plantas de produtos industrializados e processados (16 no Brasil, 5 na Argentina, 3 no Uruguai, 8 nos EUA, 1 no Chile, 1 na China, 1 na Tailândia, 1 na Malásia, 1 na Coreia do Sul, 1 na Austrália e 11 na Europa), 4 unidades industriais de suínos no Brasil, 2 unidades industriais de perus(1

no Brasil e uma na Europa), 5 unidades de cordeiro (1 no Brasil, 3 no Uruguai e 1 no Chile), 27 fábricas próprias de ração para frangos, perus e suínos(21 no Brasil, 3 na Europa e 3 nos EUA) e 2 tradings (Chile e Reino Unido), 14 indústrias e escritórios comerciais de couro(1 no Brasil, 4 no Uruguai, 1 na China, 1 na Alemanha, 2 nos EUA, 1 na Argentina, 1 na Argentina, 1 no México e 3 na África do Sul).

A capacidade diária é de 31,2 mil cabeças de bovinos, 10,4 mil de ovinos, 35,0 mil perus e 3,7 milhões de frangos. Além disso, a companhia possui capacidade instalada de aproximadamente 126 mil toneladas de produtos industrializados, além de mais de 178,5 mil peças de couro processadas por mês. Em junho de 2010, foi anunciada a aquisição da keystone Foods, uma das mais importantes realizadas pelo Grupo. A Keystone é uma das maiores fornecedoras no mundo de processados de carnes para a rede de restaurante McDonald's e outras empresas globais.

A empresa iniciou suas atividades em Tangará da Serra, no ano de 2003, atualmente o frigorífico conta com 1050 colaboradores, destacando-se pela importância no cenário econômico e social de Tangará da Serra, que segundo expectativa do IBGE, terá população estimada neste ano de 80 mil habitantes, sendo assim a empresa base deste estudo contribui aproximadamente com a renda de 3.15% da população total da cidade, levando em conta que cada funcionário faz parte de uma família composta por três membros. Com relevante representatividade no meio econômico e social, a empresa tem grande poder de transformação na cultura e hábito da sociedade, uma vez que os colaboradores passam grande parte do dia inserido nas dependências da instituição.

4.2 Análise e Interpretação

Destaca-se que a empresa estudada divulga seus programas ambientais, mas que o Balanço Social e Ambiental conforme modelo Ibase (Instituto Brasileiro de análise social e econômica) não existe, tal qual o Balanço Patrimonial que fica acessível a todos através do site da empresa. Isto empobrece a finalidade das ações ambientais, uma vez que estas não tem representação clara, através do documento recomendado que é o balanço Social e Ambiental, pois Tinoco (2006) diz que as entidades devem satisfazer adequadamente às demandas de seus clientes e parceiros no negócio e atividade e especialmente divulgar e dar transparência aos agentes sociais e à toda a sociedade de sua inserção no contexto das relações econômicas, financeiras, sociais e ambientais e de reponsabilidade pública por meio do Balanço Social, que é o relatório apropriado para isso.

A escassez de informação leva a incompreensão das informações e até mesmo a incredibilidade das ações da empresa na área ambiental, dessa forma as informações não atende aos anseios dos diferentes usuários. Evidenciar o Balanço Social e Ambiental é estímulo à reflexão sobre as ações da empresa no campo ambiental e social, bem como é o instrumento pelo qual as empresas demonstram através de indicadores, o cumprimento de sua função socioambiental, não só com investimentos ao meio ambiente, mas também com a comunidade em que a instituição interage (KROETZ, 2000).

Observou-se que em se tratando de Balanço Patrimonial este é divulgado em vários exercícios, já em relação ao Balanço Social e Ambiental, não encontra essa divulgação.

A seguir, apresenta-se quadro com as informações obtidas na empresa frigorífica.

Resumo dos principais projetos em andamento voltados a sustentabilidade
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Projeto de redução de emissão de gases de efeito estufa ➤ Sistemas de tratamento de efluentes aprimorados ➤ Programa de Utilização de energia renovável ➤ Programa de bem estar animal ➤ Programa de reciclagem ➤ Programa de reflorestamento ➤ Gestão de consumo de água

Quadro 2 principais programas ambientais na empresa frigorífica

Fonte: Elaboração própria

Projeto de redução de emissão de gases de efeito estufa- Inaugurado em março de 2010 na unidade em Diamantino (MT), o sistema de biodigestores para tratamento de dejetos suínos é o maior e mais moderno do Brasil. É capaz de reduzir o equivalente a 73 mil toneladas de CO₂ ano para a atmosfera, o que corresponde ao plantio e preservação de 15 milhões de árvores nativas ou 6.820 hectares de reflorestamento. Concebido conforme os requerimentos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), do Protocolo de Kyoto (ONU), o projeto instalado é capaz de gerar energia suficiente para abastecer o complexo agroindustrial e energia excedente para suprir uma cidade com 8.500 habitantes.

Sistema de tratamento de efluentes aprimorados- Todas as unidades industriais do Grupo possuem sistemas de tratamento de efluentes, que asseguram o reuso ou a devolução da água em condições adequadas para o meio ambiente. A totalidade dos resíduos industriais é tratada e submetida à depuração por vias físico-químicas e biológicas, com o emprego de processos de flotação, seguido de oxidação biológica em lagoas anaeróbicas, aeradas/aeróbicas ou lodos ativados. Em média, é alcançado índice não inferior a 90% na eficiência de remoção de poluentes e na maioria dos casos, o habitat passa a sustentar uma grande variedade de vida selvagem, incluindo peixes, aves e plantas.

Programa de utilização de energia renovável- A Empresa também desenvolve programas de Geração de Energia limpa através da utilização de biomassa de bagaço de cana-de-açúcar, além de programas de Substituição de Combustível Fóssil por sebo em operações industriais. No Reino Unido, a Empresa possui um programa de reciclagem de óleo usado para fritura em combustível biodiesel para caminhões e geradores de energia especialmente adaptados para biocombustível.

Programa de bem estar animal- Desenvolve e implementa técnicas inovadoras de bem-estar animal, como equipamentos de transporte com tecnologia de controle de temperatura, capazes de aumentar o número de aves vivas durante situações climáticas extremas.

Programa de reciclagem- Embalagens, baterias, pilhas, vidros, plásticos e papéis, entre muitos outros materiais decorrentes do consumo industrial, são adequadamente coletados dentro das instalações da Empresa e redirecionados à indústria de reciclagem, de acordo com a disponibilidade e as características de cada país e operação. Em regiões onde não há disponibilidade de empresas de reciclagem, as unidades desenvolvem alternativas como o armazenamento próprio, que otimiza o trabalho dos prestadores deste tipo de serviço.

Programa de reflorestamento; A Empresa fomenta e incentiva a produção florestal através de parcerias com produtores rurais, visando à produção de lenha, geração de renda para o produtor e garantia de fornecimento para as unidades industriais. A Empresa mantém florestas em áreas próprias e arrendadas e toda a lenha consumida nas suas operações industriais é oriunda de árvores produzidas ou manejadas de forma legal e dentro dos padrões de produção sustentável.

Gestão de consumo de água- A água é um recurso natural estratégico para todas as operações do Grupo. Além de utilizar-se de forma racional e otimizar ao máximo o seu uso em todas as suas operações industriais no mundo, os sistemas de tratamento da Empresa devolvem ao meio ambiente, em condições melhores ou iguais às captadas na natureza, a água residual dos processos industriais. Nos últimos anos, a Empresa conduziu estudos destinados ao estabelecimento de Planos Diretores de Recursos Hídricos, orientados ao inventário do uso da água nas etapas de produção, identificação de oportunidades de redução de consumo e construção de cenários para ampliações nas capacidades produtivas.

4.3 Meio Ambiente e a Empresa

A responsabilidade social da empresa em relação ao meio ambiente foi expressa através dos programas descritos no quadro acima, a divulgação desses projetos e programas é de fácil acesso, pois a empresa tem em seu site um link, que descreve os programas e projetos ambientais, bem como as medidas tomadas pela empresa para evitar práticas de devastação ambiental. Exemplo disso é o monitoramento de gado e o local onde são criados, dessa forma se o fornecedor usa de espaço ilegal para criação dos animais. A empresa deixa de comprar desse fornecedor até que ele se regularize e tenha o produto idôneo.

Mas apesar da clareza dos programas, houve falta de informação quanto aos gastos com projetos e programas ambientais em termos quantitativos, pois o investimento feito nesses projetos teria maior relevância se fossem alocados para conta específica e discriminados individualmente no Balanço Social. Na área externa referente à preservação e conservação do meio ambiente e educação ambiental, deveriam ser apresentados contas individualmente e especificados, de forma clara e evidente.

As informações tal qual aparecem nos demonstrativos contábeis (Balanço Patrimonial) e relatório ambiental são pouco esclarecedoras, dificultando os usuários na tomada de decisões. Já em termos qualitativos um aspecto formidável é a evidenciação da informação, pois identifica-se os projetos, mas não fica demonstrado os resultados já alcançados após esses projetos, entre os itens observados houve escassez ou inexistência dos referidos dados quantitativos e qualitativos.

4.4 Análise do Questionário

Embora a empresa estudada, afirme em questionário que possui Política Ambiental documentada, elabora e publica Balanço Social, não tivemos acesso a este instrumento de análise, pois no mesmo questionário foi confirmado através da resposta do entrevistado que a Política Ambiental não está disponibilizada para o público, fato esse questionável, pois ações sociais e ambientais devem ser cada vez mais divulgadas, uma vez que essa atitude interage com toda a sociedade, e que em contra partida atribuirá maior respeito, consideração e valorização pela empresa.

Quanto da existência de projetos em andamento para amenizar o impacto ambiental, a pergunta foi confirmada, em consonância com os documentos estudados, pois os projetos existentes e em andamento são visíveis e disponibilizados à sociedade através de visitas nas intermediações da empresa, ou acessando o site da instituição.

Perguntas direcionadas a medidas ambientais tomadas pela empresa tais como: A promoção da qualidade ambiental na empresa; A prática de coleta seletiva em todas as unidades de negócio; A presença de responsável pelo monitoramento dos Custos Ambientais; Se a empresa possui projetos em andamento para mitigar o impacto ambiental; Se a empresa inclui em suas demonstrações as suas ações ambientais. Foram todas confirmadas demonstrando o passo importante dado pela empresa na direção das exigências ambientais.

A questão a qual perguntava se a empresa sofreu multa, sanção ou foi envolvida em processos por alguma agressão ou acidente ambiental, não foi respondida. As demais respostas referente à aspectos ambientais, foram examinadas e nenhuma dessas apresentou qualquer espécie de informação sobre possíveis danos causados ao meio ambiente decorrentes das atividades operacionais da organização. Diante dessas respostas surge indagação tal como: Qual é a forma de sistema de controle ambiental da empresa que a impulsiona a operar com padrões técnicos tão adequados e perfeitos de maneira a não agredir o meio ambiente sob qualquer aspecto?

Talvez, fatores como, cobranças por parte dos stakeholders (partes interessadas) e a ampla discussão a respeito da responsabilidade social e ambiental, tenham pressionado a empresa estudada a desenvolver um relatório (o qual descreve somente programas e projetos ambientais), não evidenciando as externalidades negativas, pois as positivas podem ser classificadas através dos programas sociais e ambientais que a empresa possui. Porém percebe-se através de observação direta que a empresa frigorífica esta propensa à disseminar as chamadas externalidade ambientais.

A seguir quadro com possíveis externalidades ambientais, na atividade frigorífica.

Externalidades positivas	Externalidades negativas
<ul style="list-style-type: none"> - Aumento de emprego e renda - Programas sociais e ambientais - Fortalecimento da economia local 	<ul style="list-style-type: none"> - Emissão de fumaça, expelido pelas caldeiras - Poluição do ar, através da queima da carcaça - Poluição do lençol freático

Quadro 2. Exemplo de possíveis externalidades na atividade frigorífica.

Fonte: Elaboração própria

Embora o relatório analisado só diz respeito aos programas e projetos adotados pela empresa, este significa um importante passo rumo ao Balanço Social, cuja as demonstrações deveriam informar o resultado da interação da empresa com o meio que está inserida. As principais informações que ele deve conter são: qualidade de vida na organização e políticas visando à promoção humana, distribuição da riqueza gerada pela empresa, políticas internas e externas voltadas a educação e postura da empresa em relação ao meio ambiente, etc.

4.5 Considerações

O presente artigo analisou as externalidades ambientais no contexto de um frigorífico na cidade de Tangará da Serra, com o objetivo de identificar nos relatórios contábeis da empresa, se existem informações relacionadas às externalidades ambientais e verificar se a empresa utiliza o Balanço Social como instrumento de Responsabilidade Socioambiental. No que se refere a identificação das externalidades nos relatórios contábeis pode-se dizer que tais informações deixam a desejar, pois são poucas esclarecedoras em relação aos dados quantitativos e qualitativos dos projetos ambientais.

O desenvolvimento do presente artigo, com base nos resultados do questionário aplicado e nas literaturas estudadas, possibilitou chegar à algumas considerações descritas a seguir: Quanto aos indicadores ambientais, o que se encontrou foi a descrição dos projetos e programas ambientais dentro dos relatórios da administração, sendo que não informaram o resultado obtido através desses programas. E pautado nos conceitos estudados, considera-se que instrumento Balanço Social, foi insatisfatório, pois nenhum dos indicadores a que pede o referido instrumento foi informado. Outro ponto a ser destacado é que nada foi informado a respeito do passivo ambiental, muito menos como é feito a contabilização do mesmo.

Dessa forma, considera-se a necessidade da aplicação de um modelo padrão de Balanço Social e Ambiental na empresa, que poderá ser baseado no modelo Ibase. E ao apresentar os projetos e programas ambientais, sugere-se apresentar um quadro confrontando o antes e o depois da implantação de tais programas. Ressalta-se que apenas findou parte do trabalho a cerca de externalidades ambientais e que ainda tem muita pesquisa a ser desenvolvida no ramo de empresas frigoríficas em Tangará da Serra/MT, sendo assim futuros trabalhos poderão ser desenvolvidos acarretando no melhor entendimento a respeito de externalidades ambientais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA, Marcio Bobik, PAULANI, Leda Maria. **A Nova Contabilidade Social: Uma Introdução à Macro Economia**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRASIL, Constituição da República Federativa do: **Texto Constitucional Promulgado em 5 de Outubro de 1988**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

CALLADO, Aldo Leonardo Cunha. **A importância da Gestão dos Custos Ambientais** <<http://www.universoambiental.com.br/novo/artigo-ler-php?canal=4lcanallocal=4ecanalsob2=10 e id=224 e pagina=1>>. Acesso em: 10 de maio de 2011.

FREIRE, Fátima de Souza (coord).et al. **Balanco Social: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

FREITAS, V.P. Direito administrativo e meio ambiente. 3ª ed. 2ª tir. Curitiba: Juruá, 2002.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Acesso em 09 de março, 2011.

IBRACON- Instituto Brasileiro de Contadores. Normas e Procedimentos de Auditoria –NPA 11- Balanço e Ecologia. 1996.

IUDÍCIBUS, Sergio de, MARTINS, Eliseu, GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2000.508 p.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade Ambiental: Relatório para um Futuro Sustentável, Responsável e Transparente**.< http://www.universoambiental.com.br/Contabilidade/Contabilidade_FuturoSust.htm> Acesso em: 15 março. 2011.

KROETZ, Cezar Eduardo Stevens. **Balanco Social: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas,2000.

MANKIW, Gregory N. **Introdução a Economia**. 1. ed. 3. reimpr. Thomson Learning: São Paulo , 2007.

MARQUES, Antônio de Oliveira. **Externalidades**.< <http://www.UFRR.br/coordenadoria -de imprensa/artigo/externalidades>>. Acesso em: 19 set. 2010.

MOURA, Luiz Antônio Abdalla. **Economia Ambiental: gestão de custos e investimentos**. 2ª. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003.

NASCIMENTO, Luiz Felipe. et al. **Gestão Socioambiental Estratégica**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

PAIVA, Paulo Roberto. **Contabilidade Ambiental: Evidenciação dos Gastos Ambientais com Transparência e Focada na Prevenção**. São Paulo : Atlas, 2003.

_____. **Contabilidade Ambiental: Evidenciação dos Gastos Ambientais com Transparência e Focada na Prevenção**. São Paulo: Atlas, 2006.

PAZ, Terezinha de Cássia Alves, LIMA, Robernei Aparecido de. **A importância do Balanço Social no terceiro setor**< [http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/balanço social-terceiro setor.htm](http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/balanço_social-terceiro_setor.htm).2011>. Acesso em 10 de maio, 2011.

PINTO, Anacleto Laurentino. **O Balanço Social como Instrumento de Evidenciação de Responsabilidade Social: um estudo no Estado de Santa Catarina**. Revista Brasileira de Contabilidade ano XXXIV n. 154, Julho/Agosto. 2005

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SANTOS, Marcio Gonçalves dos, **Análise da Sustentabilidade nas Indústrias Frigoríficas Exportadoras de Carne Bovina do Estado de Mato Grosso do SUL**- Dissertação de mestrado em Agronegócio-2009 <http://www.cbc.UFMS/tesesimplificadoHde-arquivos/7/TDE-2009-05-29T1110162-380/Publico/Marcio/.pdf>>. Acesso em 11 de maio,2011.

TINOCO, João E.P. **Balanço Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Atlas, 2006.

WINTER, Romualdo, **Notas sobre a Produção de Suínos e suas externalidades no Município de Toledo**< <http://sober.org.br/palestra/2/427.pdf>>. Acesso em 10 de maio, 2011.

ZEN, Sergio de, et al. **Pecuária de corte brasileira: impactos ambientais e emissões de gases de efeito estufa (GEE)**. <http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/cepea-carbono-pecuária-sum.Exec.pdf>>. Acesso em 11 de maio, 2011.